

PROGRAMA DE TRABALHO

A conjuntura atual e os seus reflexos

Nossa cidade, Maringá, não está isolada do resto de nosso país. Reconhecidamente uma cidade bonita, com qualidade de vida que a muitos dá a impressão de que estejamos vivendo a anos-luz dos problemas que afligem a maioria do povo brasileiro, quando vista com maior cuidado a sua condição de cidade polo, de centro econômico regional, é possível observar que apesar dos dados muitos satisfatórios sempre evidenciados, nossos problemas são graves e se manifestam naqueles aspectos que muitos julgam serem nossas melhores qualidades.

Com uma população estimada em cerca de 430 mil habitantes, com população economicamente ativa em torno de 197 mil trabalhadores(as) e média salarial de 2,8 mil reais mensais, Maringá coloca-se, certamente, como um importante polo econômico regional, com inúmeras outras cidades orbitando sua influência.

Os dados satisfatórios se repetem quando se observa, por exemplo, a porcentagem de crianças em idade escolar matriculadas em nossas escolas, embora, se comparado com cidades menores, Maringá é superada por algumas delas em nossa microrregião.

Ou quando se fala do acesso à saúde em nossa cidade, sabemos que, um dos índices mais importantes para se avaliar a qualidade da saúde oferecida à população é a taxa de mortalidade infantil. Maringá registra uma taxa de 10 mortos para cada mil crianças nascidas vivas, um pouco abaixo da média nacional de 12,4 mortos a cada mil nascidos vivos.

Salvo exceções como Sarandi, cuja taxa é de 7,3 mortos e Mandaguari, com taxa de 7,87 mortos a cada mil nascidos vivos, o que se vê no entorno de Maringá são taxas bem mais altas de mortalidade infantil, com Mandaguari apresentando 14,12 mortes, Presidente Castelo 14,49, Paçandu 15,48, Iguaçu, 15,87, até os alarmantes índices apresentados por São Jorge do Ivaí, com 40 mortes por mil nascidos vivos, Ângulo com 48,78 e Atalaia com dramáticas 70 mortes por mil nascidos vivos.

Estes dados expressam uma realidade inquestionável: a microrregião econômica, cujo centro encontra-se em Maringá, apresenta as mesmas distorções que enxergamos na realidade brasileira quando comparamos os grandes centros econômicos do país e suas regiões periféricas. Ou seja, a imensa desigualdade que encontramos entre as diversas regiões pobres e ricas do país, também encontramos na nossa microrregião e, sem nenhuma dúvida, em nossa cidade. Aqui, da mesma forma que nos exemplos citados, há uma significativa distância em termos de condições de vida entre os que habitam as regiões nobres da cidade e a sua periferia.

Um exemplo claro disso está na média salarial de nossa cidade, em torno de 2,8 salários mínimos por habitante. Essa média pode ser generalizada ou deve, como sempre, ser entendida como uma média que oculta uma enorme disparidade salarial. Com toda certeza, mesmo considerando que 2,8 salários mínimos ainda constitua uma renda salarial

abaixo daquela que o DIEESE considera que deveria ser o valor real do salário mínimo no Brasil, o certo é que essa média é puxada para cima pelos salários mais altos de nossa cidade, não correspondendo à realidade da maioria dos(as) trabalhadores(as).

Entre a periferia e o centro de Maringá existe uma enorme diferença nas condições de vida. Das cidades que compõem a microrregião para Maringá, a mesma diferença se repete, tal como acontecem nas diversas regiões brasileiras, onde a miséria circunda os pontos de maior desenvolvimento.

Na periferia do capital mundial, o Brasil também repete esta mesma contradição. Mesmo quando chegamos entre as seis maiores economias mundiais, o Brasil não conseguiu romper o círculo de ferro do mercado mundial, que organiza a divisão internacional capitalista do trabalho, permanecendo, ou, na verdade, aprofundando, sua condição de país produtor de commodities para assegurar a reprodução ampliada do capital nas economias centrais.

Quanto mais se desenvolve dentro desta esfera de dependência e subdesenvolvimento, mais dependente e subdesenvolvido torna-se o nosso país. Nosso desenvolvimento é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, nossa miséria faz a riqueza das economias centrais e a riqueza das economias centrais faz, também, a nossa miséria.

Remetido este problema mais geral para as particularidades de nossa cidade e região é possível dizer que a riqueza de Maringá, sempre apregoada, é também a causa dos maiores problemas que nossa população enfrenta. O crescimento de nossa cidade, sempre apresentado como prova de desenvolvimento é, também, a outra face de nosso subdesenvolvimento.

Maringá não cresce porque se reproduzem atividades econômicas capazes de gerar bons empregos e generoso mercado interno. Aqui, como em todo Brasil, o mercado consumidor é pífio, assim como a oferta de bons empregos escasseia-se em proporção ao crescimento da população. Em outras palavras, também aqui o desemprego, o sub-emprego e a informalidade acabam por tornar-se regra entre os(as) nossos(as) trabalhadores(as), especialmente os(as) mais jovens.

O crescimento em termos populacionais decorre do fato de que a presença marcante do agronegócio em nossa região expulsa das cidades menores o(a) pequeno(a) proprietário(a) e o(a) assalariado(a) em direção a Maringá. A demanda por mão de obra qualificada e com melhores salários não cresce na proporção da migração de trabalhadores(as) de outras cidades para a nossa. O resultado é cada vez mais visível, quando notamos a incapacidade de estendermos a todos que procuram Maringá os serviços públicos básicos com um mínimo de qualidade.

Um exemplo palpável do que aqui ocorre nesse sistema atual é a recente conclusão do novo Terminal Intermodal Urbano de Maringá. Apresentado como uma obra moderna que atenderia às necessidades dos(as) trabalhadores(as) maringaenses, o novo terminal deixa de fora os(as) trabalhadores(as) das cidades vizinhas que buscam em nossa cidade as condições de sua sobrevivência. De forma sutil, Maringá pratica com estes trabalhadores(as) que ajudam na construção da sua riqueza as mesmas práticas que observamos em relação aos(as) trabalhadores(as) das regiões mais pobres que migram para as regiões mais ricas em busca de trabalho e sobrevivência.

O capital que vive da renda da terra no campo, também apresenta suas garras na cidade. As construtoras e as imobiliárias tem seus ganhos multiplicados à medida em que aumenta a busca por imóveis mais próximos ao centro, fator que tem levado ao colapso do sistema viário da cidade em horários de pico, do fornecimento de água, da ameaça de não preservação de recursos ambientais, do aumento da temperatura nas áreas centrais, da destruição de fundos de vale e reservas ambientais.

Assim como em todo o Brasil, o desenvolvimento de Maringá é, há muitos anos, o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Em tais circunstâncias é preciso compreender o fato de que estar à frente de uma prefeitura municipal como a de Maringá não dá ao prefeito qualquer instrumento capaz de reverter este quadro. Os problemas nas diversas áreas de responsabilidade do município devem continuar se agravando sem que qualquer saída mágica possa ser encontrada, mesmo tendo o prefeito uma situação política favorável com amplo apoio da Câmara Municipal. Nossos problemas locais, em resumo, refletem os problemas nacionais de uma economia capitalista dependente e somente em escala nacional podem de fato serem resolvidos.

Outrossim, isso não nos impede de apresentar medidas que busquem dentro de limites muito estreitos melhorar as condições de vida do(a) trabalhador(a) Maringaense. Neste aspecto apresentamos os principais pontos de nosso Programa de Trabalho:

1. Participação popular

Do primeiro ao último minuto de nossa administração estaremos empenhados na organização de Conselhos Populares. Organizados nos locais de trabalho, nas escolas, nos bairros e paróquias, estes conselhos permitirão aos(as) trabalhadores(as) maringaenses conhecer os meandros da administração municipal, como se dá a distribuição dos recursos arrecadados, como se organizam as licitações e, a partir de informações concretas, estabelecer quais as prioridades a serem atendidas. Os Conselhos Populares não se confundem com os Conselhos Municipais. Embora estes possam desempenhar papel importante junto à administração municipal, seu caráter limitado é insuficiente para assegurar a livre organização dos trabalhadores(as).

2. A auto-organização dos servidores(as) municipais

Na mesma linha do ponto anterior, julgamos ser absolutamente necessário que os trabalhadores(as) municipais tomem em suas mãos o controle de seu trabalho. Da mesma forma, serão criados conselhos dos(as) trabalhadores(as) (Exemplos: Servidores(as) da secretaria de obras, Servidores(as) da educação, da saúde, Servidores(as) da fazenda e etc...) e cada um desses conselhos deve apontar os problemas das áreas de sua atuação e apresentar as melhores formas de executar as soluções propostas.

Os Conselhos Populares e os Conselhos dos Servidores Municipais não serão apenas órgãos consultivos, consultados a partir das questões elaboradas pela

administração. Serão autônomos para elaborar as questões e apresentar as soluções.

A escolha dos secretários(as) municipais estará condicionada a esta exigência. Profissionais especializados nas áreas de sua atuação deverão ser, também, organizadores(as) comprometidos(as) com os princípios da auto-organização dos(as) trabalhadores(as).

3. Saúde

Maringá é reconhecida como uma cidade com bom nível de atendimento médico à sua população. A pandemia, no entanto, revelou o quanto esta leitura é fantasiosa. Em uma emergência, o sistema foi incapaz de conter o número de óbitos abaixo dos três dígitos. Quando foi preciso um agir mais rápido, a burocracia estatal impôs-se, submeteu-se aos interesses privados e o número de mortos disparou. Os Conselhos Populares seriam de imensa utilidade neste momento. Aliado a uma política municipal de testagem em massa, os efeitos mais danosos da pandemia seriam contidos.

Os(as) trabalhadores(as) da saúde lidam cotidianamente com o penar imediato de nosso povo. São eles(as) que podem, portanto, apontar soluções para agilizar e descentralizar o atendimento, particularmente o atendimento preventivo.

4. Educação

Também os(as) trabalhadores(as) da educação professores(as) ou não, que vivem diariamente no ambiente educacional, organizados(as) em seus locais de trabalho poderão atuar, também, na organização popular. Também deverão apontar os melhores caminhos para a educação maringaense. Debater com intensidade qual a educação que esperam ofertar aos(as) alunos(as), quais os métodos a serem utilizados e quais as condições elementares para sua realização. O compromisso com a defesa da Universidade Estadual de Maringá, sua permanência como universidade pública e gratuita, assim como a valorização de suas atividades de pesquisa e extensão, deve ser incondicional.

5. Segurança

É preciso compreender que a militarização das forças de segurança tem nos levado, em todo país, a uma quantidade imensa de mortes, seja de trabalhadores(as), crianças, infratores(as) e policiais sem que, ao menos, se tenha qualquer perspectiva de redução da criminalidade. Não compete à prefeitura municipal aumentar os contingentes armados nesse conflito irremediavelmente perdido. Para nós, a segurança passa por uma política de descriminalização da juventude, criação de mais centros de referência, iluminação, policiamento preventivo, educação para as relações domésticas, promover o respeito às diferenças de gênero, de raça, de culturas, de religiões, de opiniões e opções.

6. Juventude

Prosseguindo o exposto anteriormente, nossa primeira meta é uma crescente cultura de descriminalização e valorização da juventude como consequência de uma política educacional que coloque o(a) filho(a) do trabalhador(a) e o(a) próprio(a) trabalhador(a) como protagonistas do processo histórico. Aliado a isso, valorizar as manifestações de cultura popular em combinação com a popularização da cultura erudita. Os centros de referência e as casas de cultura deverão promover a cultura e a discussão dos principais temas que afligem a juventude.

7. Meio ambiente

A exemplo dos anos passados, os problemas do meio-ambiente em Maringá devem continuar agravando-se com intensidade nos próximos tempos. Maringá já atingiu um ponto de crescimento que não lhe permite mais receber novos habitantes. O município vem tendo um crescimento populacional desproporcional causando uma ocupação do solo e construções de edificações que trazem um desequilíbrio no meio ambiente, comprometendo assim os recursos naturais, como por exemplo recursos hídricos. Maringá não comporta mais essa ocupação desordenada do solo em benefício dos capitais que vivem da renda da terra.

Outro fator complicador ao meio ambiente é o contínuo aumento dos latifúndios não só em nossa região mas no Brasil como um todo. Propriedades rurais como essas se dedicam a monocultura e causam grandes impactos negativos ao nosso meio ambiente e a alta concentração populacional nos centros urbanos, como é o caso de Maringá.

Evidencia-se portanto que à prefeitura de Maringá muito pouco cabe realizar. Ações para mitigar os impactos negativos ao nosso meio ambiente serão debatidos e construídos pela população nos Conselhos Populares, cabendo a estes conselhos a proposição de um Plano Diretor, que entre outras coisas tratará do planejamento da ocupação do solo.

8. Transportes

O transporte público em Maringá padece do problema generalizado em nosso país entregue a um grande grupo empresarial de fora de Maringá e que detém, aqui, o monopólio na exploração de qualquer tipo de transporte público. É preciso diferenciar o direito de ir e vir da liberdade de ir e vir. O trabalhador tem o direito de ir e vir, mas não tem a liberdade. Isso porque precisa vender sua força de trabalho, deslocar-se diariamente de suas casas ao local de trabalho e vice-versa. Assim, o transporte coletivo não poder ser uma mercadoria. O trabalhador precisa se deslocar, faz parte de sua sobrevivência. Se hoje uma proposta de municipalização do transporte coletivo carece de estudos de viabilidade, o controle das planilhas e da qualidade do serviço deverá ficar a cargo dos conselhos populares.